



Processo nº 2240.01.0000875/2024-51

Procedência: Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão do IGAM, Gabinete do IGAM, Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do IGAM.

Interessado: Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão do IGAM, Gabinete do IGAM, Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do IGAM.

Número: 028/2024.

Data: 11/03/2024.

Classificação temática: Ato Normativo. Deliberação normativa.

Precedentes: Nota jurídica nº 066/2023 da Procuradoria do IGAM. Nota jurídica nº 020/2024 da Procuradoria do IGAM.

Referências Normativas: Lei Complementar nº 78/2004. Lei Estadual nº 13.199/1999. Decreto Estadual nº 48.209/2021. Decreto Estadual nº 48.209/2021. Deliberação Normativa CERH/EMG nº 68/2021. Deliberação Normativa CERH/EMG nº 76/2022.

Ementa: Minuta de ato decisório. Deliberação do CERH/EMG. Aprovação de metodologia de cobrança da tarifa decorrente do uso de recursos hídricos definida pelo Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH PJ1). Condições Formais de Validade.

NOTA JURÍDICA nº 028/2024

I - RELATÓRIO

1. Foram enviados à Procuradoria do IGAM os autos do processo administrativo (eletrônico) SEI nº 2240.01.0000875/2024-51 mediante o qual tramita uma proposta de emissão de deliberação do CERH/EMG (8312094783120947) cujo objeto é a aprovação de metodologia de cobrança da tarifa decorrente do uso de recursos hídricos definida pelo Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH PS1).

2. Por meio de seu memorando nº 56/2023 (83649462) a GECON/IGAM solicitou à Procuradoria que realize a análise jurídica da proposta, conforme se lê adiante:

"Com os cordiais cumprimentos, encaminhamos o Processo SEI nº 2240.01.0000875/2024-51, contendo a Deliberação CBH PJ1 (82507436), a qual aprova novos mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos na respectiva Bacia.

Desta forma, solicitamos análise e manifestação jurídica quanto a deliberação nº 162/2024 do CBH PS2 e da minuta de Deliberação CERH-MG (82812219), a qual aprova a metodologia de cobrança na Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé, a fim de subsidiar a decisão do CERH-MG em sua próxima reunião."

3. Nota-se que no primeiro parágrafo do memorando nº 56/2024 da GECON/IGAM foi feita referência ao Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH PS1); porém, no segundo parágrafo, a referência foi feita ao Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé (CBH PS2). No entanto, parece que neste processo administrativo (eletrônico) SEI nº

2240.01.0000875/2024-51 o objeto da análise jurídica diz respeito à proposta de deliberação do CERH referente à aprovação de metodologia de cobrança da tarifa decorrente do uso de recursos hídricos definida pelo Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH PS1), vide mais uma vez a minuta (83120947) e, também, a Deliberação Normativa Ad Referendum nº 02/2024 do CBH PS1 (82507436), a nota técnica nº 11/2024 da GECON/IGAM (82507436), e o formulário de análise de impacto (82507436).

4. Em todo o caso, a fim de ser afastada qualquer dúvida, os agentes da GECON/IGAM deverão atestar que o pedido de análise jurídica se refere, neste processo, a apenas a referida proposta de minuta de deliberação do CERH/EMG (83120947) relativa à aprovação de metodologia de cobrança da tarifa decorrente do uso de recursos hídricos definida pelo Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH PS1), e não à aprovação de metodologia de cobrança da tarifa decorrente do uso de recursos hídricos definida pelo Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé (CBH PS2) (**ressalva nº 01**).

5. Os autos foram instruídos com os seguintes documentos:

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

sei!

2240.01.0000875/2024-51

- Documento Ofício Circular 01 (82507011) IGAM/GECON
- Documento Ofício 479 (82507110) IGAM/GECON
- Documento Ofício Circular 02 (82507258) IGAM/GECON
- Deliberação Normativa 02 (82507436) IGAM/GECON
- Nota Técnica 11 (82863577) IGAM/GECON
- Minuta 29 (83120947) IGAM/GECON
- Formulário de Análise de Impacto Regulatório 83121330 IGAM/GECON
- Memorando 39 (83121935) IGAM/GECON
- Memorando 104 (83155428) IGAM/GAB
- Memorando 99 (83589096) SEMAD/ASNOP
- Memorando 56 (83649462) IGAM/GECON
- Nota Jurídica nº 028/2024 (83669138) IGAM/PROCURADORIA**

Consultar Andamento

II - FUNDAMENTAÇÃO

6. Feito um breve relato a respeito do caso, examina-se a seguir a disciplina jurídica aplicável à situação. Ressalte-se que, em vista das regras da Resolução AGE nº 93/2021, da Lei Complementar nº 75/2004 e da Lei Complementar nº 81/2004, compete às Assessorias Jurídicas e às Procuradorias prestar consultoria sob o estrito ponto de vista jurídico, contudo não há competência para tratar da conveniência e ou da oportunidade dos atos praticados pela Administração, além de não lhes competir analisar os dados e os aspectos de natureza técnica, administrativa e financeira, tais como valores, cálculos e outras questões de cunho estritamente técnico.

7. Assim sendo, a presente manifestação limitar-se-á à análise jurídica dos aspectos jurídico-formais da minuta de deliberação do CERH/EMG (83120947) em observância ao que preleciona a norma do art 13 do Decreto Estadual nº 47.866/2020. Nesse sentido, passam-se às considerações jurídicas da proposta.

8. A análise da presente minuta deve se dirigir à averiguação dos elementos necessários para

sua existência válida e eficaz. Assim, para evitar qualquer nulidade durante a tramitação da proposta é indispensável que os agentes públicos observem as exigências gerais que estão estabelecidas pelas normas do art. 2º da Lei Federal nº 4.717/1965 e a normas do art. 13, § 2º, da CEMG/1989, quais sejam: (1) que o ato seja praticado por autoridade administrativa competente, (2) que o ato tenha a forma adequada, (3) que o objeto do ato seja lícito, (4) que exista motivos para a prática do ato, e (5) que o ato seja adequado para atingir o fim almejado pela autoridade proponente.

9. Quanto à competência do CERH/EMG para a edição do ato, depreende-se que o objeto da presente minuta está delimitado no artigo 1º e refere-se à aprovação da metodologia de cobrança da tarifa decorrente do uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, segundo estabelecido pelas normas da Deliberação Normativa Ad Referendum nº 02/2024 do CBH PS1 (82507436). Trata-se, por certo, de uma das atribuições regulamentadoras conferidas ao CERH/EMG, e que está consubstanciada no artigo 25, § 2º, da Lei Estadual nº 13.199/1999 e do artigo 8º, XII, do Decreto Estadual nº 48.209/2021, de acordo com os quais:

"Art.25 No cálculo e na fixação dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos, serão observados os seguintes aspectos, dentre outros:

(...)

§ 2º – Os procedimentos para o cálculo e a fixação dos valores a serem cobrados pelo uso da água serão aprovados pelo CERH-MG." (Lei Estadual nº13.199/1999)

"Art. 8º – O Plenário é o órgão superior de deliberação do CERH-MG e detém as seguintes competências:

(...)

XII – aprovar os procedimentos para o cálculo e a fixação dos valores a serem cobrados pelo uso da água, nos termos do § 2º do art. 25 da Lei nº 13.199, de 1999;" (Decreto Estadual nº 48.209/2021)

10. Denota-se assim, que no âmbito do CERH/EMG serão definidos os parâmetros, a metodologia e os valores a serem cobrados, em observância aos critérios gerais estabelecidos pelas normas da Deliberação Normativa CERH/EMG nº 068/2021, e compete à agência de bacia ou entidade a ela equiparada, onde houver, e ao IGAM (na ausência dessas entidades) elaborarem os estudos necessários para a definição desses critérios e valores que deverão ser aprovados em duas instâncias administrativas, quais sejam: os CBHs do EMG e o CERH/EMG, o que implica na caracterização de um ato administrativo complexo.

11. Ora, se é competência do CERH/EMG aprovar os parâmetros, a metodologia e os valores a serem cobrados, por implicação lógica também é competência daquele órgão da Administração Pública aprovar os atos de CBHs do EMG que porventura tenham sido emitidos de maneira inadequada aos critérios em vigor ex vi a norma do § 2º do art. 25 da Lei Estadual nº 13.199/1999.

12. Quanto à forma a minuta em questão encontra-se revestida sob a forma de deliberação. No âmbito do Poder Executivo do EMG as deliberações são espécie de ato administrativo, definidas como decisões de cunho normativo ou deliberativo emanadas de órgãos colegiados da administração direta e indireta, que discipline e regule matéria específica de sua competência dirigida a todos os seus administrados, veicule normas ou crie comissões específicas e grupos de trabalho sobre temas de interesse do órgão.

13. No presente caso, propõe-se editar uma deliberação a fim de aprovar a metodologia de cobrança da tarifa decorrente do uso de recursos hídricos no âmbito da bacia hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, que foi instituída mediante a forma da Deliberação Normativa Ad Referendum nº 02/2024 do CBH PJ1 (82507436), assinada pela Presidente do respectivo Comitê.

14. Ademais, as deliberações aprovadas pelo CERH/EMG serão assinadas pela Secretária de Estado de Meio Ambiente que, nos termos do artigo 6º e do artigo 7º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 48.209/2021, exerce a presidência daquele órgão colegiado.

15. Em vista do escopo de subsidiar o exame a ser feito pelo CERH/EMG, foi anexada aos autos a nota técnica nº 11/2024 da GECON/IGAM (82507436). A possibilidade de o CERH/EMG balizar as suas decisões a partir das manifestações técnicas fornecidas pelos órgãos auxiliares encontra-se prevista de maneira expressa pelas normas do art. 5º, § 3º, III, e do art. 7º, VI, do Decreto Estadual nº 48.209/2021, in verbis:

"Art. 5º O CERH-MG tem a seguinte estrutura:

(...)

§ 3º São unidades administrativas seccionais de apoio ao CERH-MG vinculados à Semad:

(...)

III - o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam;

(...)

Art 7º - Compete ao Presidente:

(...)

VI - requerer ao dirigente do órgão ou da entidade representado na composição do CERH-MG e de outros da Administração Pública pedido de assessoramento técnico formulado pela sua unidade e elaboração de laudos, perícias e pareceres técnicos necessários à instrução de processos submetidos à apreciação do CERH-MG;"

16. A motivação para a emissão da deliberação também foi apresentada nota técnica nº 11/2024 da GECON/IGAM (82507436). Contudo, na análise jurídico-formal realizada pela Procuradoria do IGAM não há que se adentrar no mérito (oportunidade e conveniência) da justificativa da administração para emissão do ato, senão recomendar que seja a mais completa possível. Neste contexto, cabe aos Conselheiros do CERH/EMG avaliar se ponto de vista do mérito administrativo a motivação apresentada é determinante para a emissão da deliberação proposta.

17. A finalidade do ato consiste no resultado que a Administração quer alcançar com a sua prática, no efeito mediato a ser atingido, e que deve corresponder à satisfação de uma necessidade pública. A finalidade da proposta também está apresentada na nota técnica nº 11/2024 da GECON/IGAM (82507436). Em vista das considerações ora apresentadas, entende-se que, do ponto de vista jurídico-formal, a prática do ato proposto é meio adequado para a concretização da finalidade visada.

18. Concluída a análise jurídico-formal a respeito das condições de validade do ato proposto será feito o exame, de igual natureza, a respeito do texto da minuta (82825918). Em linhas gerais, o texto da minuta de Deliberação CERH/MG não incorre em irregularidades de forma e parece satisfazer às exigências da Lei Complementar nº 78/2004 e do Decreto Estadual nº 48.333/2021.

19. Por fim, há a exigência formal de que os autos sejam instruídos com formulário a ser emitido por órgão técnico a fim de satisfazer as exigências da Resolução Conjunta SEMAD/ARSAE/FEAM/IEF/IGAM nº 2.953/2020. Percebe-se que, de fato, foi emitido o formulário de análise de impacto regulatório (83121330) a ser usado para subsidiar a análise que os Conselheiros do CERH/EMG deverão fazer a respeito da presente proposta de deliberação normativa.

Ressalva Procedimental

20. Ao se analisar o regimento interno do CBH PS1, verifica-se que é competência do seu órgão plenário deliberar a respeito dos critérios relativos à metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos da bacia hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, conforme preceituam as normas do art. 4º, VI, e do art. 18, II, anexo I, da Deliberação Normativa nº 07/2022 do CBH PS1, in verbis:

"Art. 4º O Comitê tem as seguintes competências no âmbito de sua área de abrangência:

(...)

VI - Estabelecer critérios e normas e aprovar os valores propostos para cobrança pelo uso de recursos hídricos;

(...)

Art. 18 - A plenária é a instância de deliberação do Comitê, sendo constituída pelos membros referidos no artigo 6º deste Regimento Interno, competindo-lhe especificamente:

(...)

II - Deliberar sobre as matérias previstas no artigo 4º deste regimento;"

21. Por certo, o referido regimento interno estabelece as hipóteses em que é permitido ao Presidente deliberar Ad Referendum da Plenária consoante prevê a norma do art. 29, VII, anexo I da referida Deliberação Normativa nº 07/2022.

22. Nada obstante, o dispositivo do art. 2º da própria Deliberação Normativa Ad Referendum nº 02/2024 do CBH PS1 (82507436) estabeleceu de modo expresso a obrigação de sua submissão à Plenária, para posteriores aprovação e encaminhamento ao IGAM, ente responsável por submeter à apreciação do CERH/EMG a deliberação normativa. O dispositivo mencionado enuncia o seguinte:

"Art. 2º - Esta Deliberação, após aprovada pelo plenário, deverá ser encaminhada ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas, para providências pertinentes."

23. Contudo, não se identificou nos autos deste processo administrativo a pertinente decisão emitida pela Plenária do CBH PS1. Portanto, para que haja regular instrução processual, deverá ser juntado aos autos o termo do ato decisório emitido pela Plenária do CBH PS1, posterior à mencionada Deliberação Normativa Ad Referendum nº 02/2024 do CBH PS1 (**ressalva nº 02**).

III - CONCLUSÃO

24. Diante do exposto, realizada a análise jurídica dos aspectos jurídico-formais da minuta deliberação do CERH/EMG (83120947), desde que a ressalva formulada nesta nota jurídica seja sanada, a Procuradoria do IGAM não vislumbra, sob o aspecto legal, óbice à sua aprovação e à sua publicação.

25. Quanto aos aspectos materiais (ou seja, os aspectos técnicos e econômicos) referentes à viabilidade da aprovação da metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos estabelecidos pelo CBH PS1, cabe aos órgãos técnicos competentes e, em última análise, ao próprio CERH/EMG exercer o juízo de mérito administrativo.

26. Ressalte-se que a presente análise se restringiu aos aspectos jurídicos do aditamento pretendido, abstendo-se de adentrar em questões técnicas, econômicas e financeiras, bem como em outras que exijam o exercício de competência específica e da discricionariedade administrativa a cargo das autoridades competentes, em observância aos limites das competências definidas pela Resolução AGE nº 93/2021.

27. Caberá às autoridades competentes avaliar e decidir, tendo em vista todos os documentos e informações constantes nos autos, pela aprovação da Minuta de Deliberação Normativa.

Valéria Magalhães Nogueira

Procuradora Chefe – Advogada Autárquica
MASP nº 1.085.417-2 – OAB/MG nº 76.662



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Magalhães Nogueira, Advogado(a) Autárquico(a)**, em 11/03/2024, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **83669138** e o código CRC **32273649**.